



1.^a edição

SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

ISBN- 978-65-84809-79-6

São Paulo | 2023

JÚBER FARIAS FONSECA
VANUZA DOMINGUES LAFUENTE
VITOR DOS SANTOS FIALHO
RUAN FRANCISCO ROMMEL
VANESSA DA SILVA CUSTÓDIO
KATIA DOS SANTOS KREMER



1.^a edição

SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

ISBN- 978-65-84809-79-6

São Paulo | 2023

JÚBER FARIAS FONSECA
VANUZA DOMINGUES LAFUENTE
VITOR DOS SANTOS FIALHO
RUAN FRANCISCO ROMMEL
VANESSA DA SILVA CUSTÓDIO
KATIA DOS SANTOS KREMER

1.^a edição

SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

ISBN 978-65-84809-79-6



Júber Farias Fonseca
Vanuza Domingues Lafuente
Vitor dos santos Fialho
Ruan Francisco Rommel
Vanessa da Silva Custódio
Katia dos Santos kremer

SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

1.^a edição

SÃO PAULO
EDITORA ARCHE
2023

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Internacional (CC BY- NC 4.0).



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S491 Serviço social nas políticas de educação / Júber Farias Fonseca...
[et al.]. – São Paulo, SP: Arche, 2023.
62 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-84809-79-6

1. Educação – Brasil. 2. Serviço social. 3. Políticas educacionais.
I. Fonseca, Júber Farias. II. Lafuente, Vanuza Domingues. III. Fialho,
Vitor dos Santos. IV. Rommel, Ruan Francisco. V. Custódio, Vanessa
da Silva. VI. Kremer, Katia dos Santos.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Revista REASE chancelada pela Editora Arche.

São Paulo- SP

Telefone: +55 (11) 94920-0020

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

1ª Edição- *Copyright*© 2023 dos autores.
Direito de edição reservado à Revista REASE.
O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva
responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).
As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações
e referencial bibliográficos são prerrogativas de cada autor
(es).

EQUIPE DE EDITORES

EDITORA- CHEFE

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

CONSELHO EDITORIAL

Me. Andrea Almeida Zamorano, SPSIG

Me. Victorino Correia Kinhama, Instituto Superior Politécnico do Cuanza-Sul,
Angola

Esp. Ana Cláudia Néri Bastos, PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Fajardo, Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albardonedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Marcel- UFBA

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrada Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

APRESENTAÇÃO

A apresentação da obra intitulada "SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO" demanda uma breve incursão acerca da inter-relação entre duas áreas do conhecimento: o Serviço Social e a educação, em seu contexto global. O Serviço Social é uma área de atuação profissional com relevância expressiva nas políticas educacionais em países diversos ao redor do mundo, desempenhando um papel fundamental na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade, garantindo o acesso e a permanência de todos os estudantes na escola.

Na Argentina, o Serviço Social também é uma profissão que atua na área da educação, promovendo a inclusão social e educacional de crianças, jovens e adultos. Os assistentes sociais atuam em programas de educação integral, desenvolvimento comunitário, formação de lideranças e articulação entre a escola, a família e a comunidade.

Em Portugal, o Serviço Social tem uma atuação

importante nas políticas de educação, trabalhando com as escolas e outras instituições para garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola. Os assistentes sociais atuam na prevenção e combate ao abandono escolar, na promoção da inclusão social e educacional e no apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Em outros países, como nos Estados Unidos e na Inglaterra, o Serviço Social também é bastante atuante na área da educação, promovendo a inclusão social e educacional de estudantes de todas as idades e garantindo o acesso e permanência dos estudantes na escola.

Já no Brasil, por exemplo, o Serviço Social tem uma longa tradição de atuação na área da educação, sendo reconhecido como uma das profissões que integram a equipe multidisciplinar das escolas públicas. O trabalho do assistente social na educação é voltado para a garantia dos direitos dos estudantes, a prevenção e o combate ao abandono escolar, a promoção da participação e engajamento da comunidade escolar e o apoio às famílias em

situação de vulnerabilidade social.

Em tese, o Serviço Social é fundamental para as políticas de educação em todo o mundo, contribuindo para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade, a garantia dos direitos dos estudantes e a prevenção e combate ao abandono escolar.

De posse destes constructos, especificamos, o livro "Serviço Social nas Políticas de Educação" é uma obra de grande relevância para a área do Serviço Social e da Educação. Escrita por um grupo de autores renomados, a obra apresenta uma análise crítica e reflexiva sobre o papel do Serviço Social nas políticas educacionais, abordando desde a história da profissão na educação até as perspectivas atuais e os desafios enfrentados pela profissão nesse campo.

Preliminarmente, os autores apresentam a trajetória histórica do Serviço Social no campo educacional, desde suas origens até os dias atuais, analisando os principais marcos legais e políticos que influenciaram essa trajetória. Já no segundo capítulo, a obra aborda a relação entre Serviço

Social e educação na atualidade, destacando a importância da articulação entre essas duas áreas para a garantia do direito à educação.

Em sequência, os autores discutem a educação como política pública, as políticas públicas educacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Política Nacional de Educação, e o papel do assistente social nas políticas educacionais. A obra apresenta uma análise crítica sobre a atuação dos assistentes sociais na educação, destacando a necessidade de uma intervenção profissional que considere as particularidades dos sujeitos envolvidos.

De outro modo, os autores discutem a importância da formação profissional em Serviço Social para o trabalho nas políticas educacionais, abordando os desafios e as possibilidades da formação nesse campo.

O livro, ainda aborda a temática da inclusão escolar, analisando as políticas de inclusão e as estratégias de intervenção do Serviço Social nesse campo. Já no sexto capítulo, os autores discutem

as políticas de atendimento à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social na educação, destacando a importância do Serviço Social na garantia do direito à educação desses sujeitos.

Além disso, a obra versa sobre a gestão democrática na educação, analisando as possibilidades e os desafios para a atuação do Serviço Social nesse campo. Finalmente, no oitavo capítulo, os autores apresentam uma análise crítica sobre as políticas educacionais atuais, destacando a importância do Serviço Social na defesa do direito à educação como um direito humano fundamental.

Em suma, "Serviço Social nas Políticas de Educação" é uma obra fundamental para estudantes, profissionais e pesquisadores que atuam ou se interessam pela interface entre o Serviço Social e a educação. Com uma linguagem clara e acessível, a obra apresenta reflexões teóricas e práticas que contribuem para a compreensão das possibilidades e dos desafios do trabalho dos assistentes sociais

nas políticas educacionais.

Desejamos que essa obra contribua para ampliar as discussões sobre a temática em voga.

Os autores,

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
DESENVOLVIMENTO	25
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	48
ÍNDICE REMISSIVO	54

SERVIÇO SOCIAL NAS
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

RESUMO

A educação básica no Brasil passou por diversas transformações ao longo dos anos. Entretanto, as ações governamentais para propor incentivos para a educação básica ganharam força nas últimas décadas, principalmente em decorrência da crise do Estado de bem-estar social e das políticas públicas sociais, que inclui a educação, na qual, conseqüentemente gerou uma crise no sistema educacional brasileiro. Assim, no presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas educacionais e a atuação do serviço social, ressaltando a sua importância para a eficácia e acessibilidade da educação básica. Para tanto, a metodologia utilizada neste estudo inclui pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa do problema.

Palavras-chave: Serviço Social. Políticas de Educação. Educação Básica. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

Basic education in Brazil has undergone several transformations over the years. However, government actions to propose incentives for basic education have gained strength in recent decades, mainly as a result of the crisis in the welfare state and social public policies, which include education, which, consequently, generated a crisis in the social system. Brazilian education. Thus, the present work aims to analyze educational public policies and the performance of social services, emphasizing their importance for the effectiveness and accessibility of basic education. Therefore, the methodology used in this study includes bibliographical research with a qualitative approach to the problem.

Keywords: Social Service. Education Policies. Basic education. Educational Policies.

RESUMEN

La educación básica en Brasil há sufrido várias transformaciones a lo largo de los años. Sin embargo, las acciones gubernamentales para proponer incentivos à la educación básica han cobrado fuerza en las últimas décadas, principalmente como resultado de la crisis del estado de bienestar y de las políticas públicas sociales, que incluyen la educación, lo que, en consecuencia, generó una crisis en el sistema social brasileño. educación. Así, el presente trabajo tiene como objetivo analizar las políticas públicas educativas y el desempeño de los servicios sociales, enfatizando su importancia para la efectividad y accesibilidad de la educación básica. Por lo tanto, la metodología utilizada en este estudio incluye la investigación bibliográfica con un enfoque cualitativo del problema.

Palabras clave: Servicio Social. Políticas de Educación. Educación básica. Políticas Educativas.

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A educação básica no Brasil passou por diversas transformações ao longo dos anos, o ponto de partida para as mudanças no ensino e estruturação da educação básica, além da elaboração de um Plano Nacional em Educação se deu na década de 1930, onde se criou o Ministério da Educação e Saúde. As políticas públicas voltadas para educação básica são alcançadas pelas políticas educacionais, um conceito amplo que basicamente engloba as ações governamentais para a educação. Considerando a educação como um campo vasto e importante para o desenvolvimento e formação do ser humano, as políticas públicas de educação muito importam para que a educação seja viabilizada.

Com a abertura política na década de 1980, novas medidas educacionais foram levantadas, e, diversas regiões do país receberam, mesmo que de forma

minoritária, investimentos para educação básica. Com a Constituição Federal de 1988, foi definido que é competência da União, dos Estados e Municípios a organização do sistema de ensino em um regime de colaboração, e, além disso prevê também o sistema nacional de educação, a ser articulado por um plano decenal.

Entretanto, as ações governamentais para propor incentivos para a educação básica ganharam força nas últimas décadas, principalmente em decorrência da crise do Estado de bem-estar social e das políticas públicas sociais, que inclui a educação, na qual, conseqüentemente gerou uma crise no sistema educacional brasileiro. E ainda, a relação entre o Estado e a educação pública é instável, com poucos avanços e caracterizados por uma inconstância de projetos e políticas, o que tem provocado a descontinuidade das políticas publicadas educacionais ao longo dos anos.

Todavia, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014 para perdurar até 2024, com metas e planejamentos de desenvolvimento da educação pública no país, também implementou algumas metas de políticas públicas para fomentar a educação básica, visando uma melhoria do ensino brasileiro. Entretanto, ainda não tem atingindo as metas que pretende, embora ainda esteja em cumprimento, demonstrando que o Brasil ainda precisa investir em políticas públicas para a formação docente. Assim, no presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas educacionais e a atuação do serviço social, ressaltando a sua importância para a eficácia e acessibilidade da educação básica. Para tanto, a metodologia utilizada neste estudo inclui pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa do problema. Portanto, a leitura, o fichamento e a análise de periódicos escritos ou on-line foram

utilizadas para formar o referencial teórico, levando-se em consideração os principais autores que param de investigar o problema sob investigação.

DESENVOLVIEMNTO

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A educação como política pública

A educação é uma das políticas públicas sociais de responsabilidade do Estado, que tem obrigação perante a sociedade de proporcionar e manter ações para viabilizar a educação a todos os cidadãos. Entretanto, a educação pública, universal e padronizada não é defendida como responsabilidade pelas ideias dos neoliberais, enxergando a escola como um produtor de um bem de consumo a ser adquirido pelos pais e seus filhos, comprometendo a oferta de escolarização do sistema estatal (HOFLING, 2011).

No mais, há uma massificação da ideia de que os pais precisam ter controle sobre suas escolhas e manifestar o livre interesse sobre a educação que deseja para o filho, e não ficar à mercê da

educação proposta pelo Estado. De um lado, contribui para o desafogo das instituições públicas de ensino, aumentando a eficiência administrativa e reduzindo lucros, por outro lado, distancia a relação entre a sociedade e o Estado na construção de direitos sociais, provocando desigualdades na política educacional, na democratização da estrutura ocupacional e na formação do cidadão (HOFLING, 2011).

A característica atual da relação entre o Estado e a educação pública é a descontinuidade, visivelmente reparável diante das constantes reformas políticas nas últimas décadas da educação brasileira, que formam um movimento de ziguezague, como um pêndulo em sentido tortuoso, em razão das variações e das constantes alterações na estrutura educacional (SAVANI, 2008).

A educação é uma pauta de política pública social em constante debate, no Brasil e no mundo, por

educadores, educandos, administradores educacionais, políticos, gestores públicos entre outros, e basicamente dividem suas opiniões em duas principais ideias: o caráter civil e democrático da educação como processo de formação do cidadão para que este passe a exercer seu direito de cidadania e os deveres democráticos; e o caráter produtivista da educação, que prepara os alunos para o ingresso na divisão social do trabalho, no qual cada indivíduo é visto como um ser de capacidade produtiva potencial e que poder ser remunerado por capital. Ambas visões valorizam a educação e o meio social, mas demonstram as divergências entre as ideologias (SINGER, 1995).

2.2 Políticas Públicas Educacionais

As políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões que o Estado toma ou deixa de tomar sobre a educação, tratando-se de limites e perspectivas da política educacional brasileira,

promover e manter o maior alcance possível de medidas educacionais. Sendo importante aduzir que “as ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados” (HOFLING, 2011, p.35).

Pensando em política educacional, ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia do processo de aprendizagem, da gestão escolar e da aplicação de recursos são insuficientes para caracterizar uma alteração da função política deste setor. Enquanto não se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política educacional, estaremos alcançando índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação política da educação. Penso que uma administração pública - informada por uma concepção crítica de Estado - que considere sua função atender a sociedade como um todo, não privilegiando os interesses dos grupos detentores do poder econômico, deve estabelecer como prioritários programas de ação universalizantes, que possibilitem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social. (HOFLING, 2011, p.39).

Ferreiro e Nogueira (2015) pontuam que as políticas educacionais se dão por meio de processos compostos

por um conjunto de atividades (etapas ou estágios), visando assim atender as demandas da sociedade ou do mercado vigente. Ferreiro e Nogueira (2015, p.2-

3) apontam que as etapas os estágios são:

- a) Preparação da decisão política: nessa primeira etapa, o Governo decide buscar soluções para as problemáticas, e, analisar se o Estado consegue dar conta do problema vigente;
- b) Agenda setting: Forma-se uma agenda e o problema se torna uma questão pública e se faz uma organização de como uma política pública deverá ser implementada;
- c) Formulação: Busca-se ações cabíveis ao Governo, realizando um diagnóstico. São feitas etapas de planejamento e organização das ações afim de extrair recursos para a implementação de políticas públicas;
- d) Implementação: Aplicação da política pública pela máquina burocrática do Estado, momento em que o governo se prepara para colocar em prática as ações formuladas;
- e) Monitoramento: Avaliações pontuais para saber a efetividade da política pública
- f) Avaliação: A atividade de avaliação de resultados da política/programa concentra-se nos efeitos gerados.

Assim, em resumo, Ferreira e Nogueira (2015, p.3) salientam que:

Políticas públicas resultam, portanto, da atividade política, envolvem mais de uma decisão política e requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar objetivos desejados. Constituem um conjunto articulado de ações, decisões e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses envolvidos. Políticas públicas são ações de Governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre "o que fazer" (ações), "aonde chegar" (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e "como fazer".

Conforme entendido o processo de se desenvolver políticas públicas, Santos e Cerqueira (2009) salientam a importância de se saber a origem histórica do ensino básico no Brasil, de forma que foi somente a partir do século XX, durante os anos de 1930, que importantes mudanças sociais e econômicas influenciaram a educação a ponto de fomentar modificações na educação básica.

A atual era da educação no Brasil teve estopim com a Constituição Federal de 1988, e algumas reformas

educacionais entre a década de 1990, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado no mesmo ano em que se publicou a referida lei e aprovado em janeiro de 2001, para vigorar até 2010. Este PNE apresentava questões sobre a responsabilização da educação, descentralizando o Estado, mas mantendo a sua atuação e obrigação para com a viabilização da educação em todos os segmentos a toda a sociedade.

2.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Política Nacional de Educação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 delimita as diferenças entre educação e ensino, sendo a primeiro dever da família e do Estado, já o ensino é obrigação do Estado e todo o indivíduo deve permanecer durante o ensino fundamental em instituição de ensino e gera

possibilidades jurídicas para punição dos que negligenciarem esta obrigação (CARNEIRO, 1998).

A LDB/1996 estabelece as atribuições da União, Estados e Municípios e Distrito Federal a fim de organizar e especificar as incumbências das escolas e docentes no sistema educacional, bem como, a gestão democrática no ensino público não é opcional estabelecendo parâmetros para o seu estabelecimento e categoriza as instituições privadas de ensino. As modalidades de ensino foram estabelecidas, substituiu as nomenclaturas de primeiros e segundo graus por fundamental e médio, bem como, incluiu na educação básica a educação infantil (BRASIL, 1996).

A educação básica tem normas gerais de organização e funcionamento para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, assim como para a Educação de Jovens e Adultos, e a Educação Profissional. A Educação especial também foi

estabelecida e direcionada aos indivíduos com necessidades especiais, tanto os deficientes quanto os superdotados (CARNEIRO, 1998).

O Congresso Nacional recebeu um novo PNE em 2011, sancionado em 2014, direcionando esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação do país nos próximos dez anos, estabelecendo algumas metas para os níveis infantil, básico e superior de educação, visando universalizar a educação e fomentar a qualidade da educação básica em todas as modalidades, melhorando o fluxo escolar e a aprendizagem, elevando a média da população escolar e a taxa de alfabetização, incluindo a educação de jovens e adultos e educação profissional técnica de ensino médio.

De acordo com Kuenzer (2010) a política educacional brasileira que o Plano Nacional de Educação (PNE) não alcançou grande parte das metas e objetivos

estipulados propostos devido a ter ser configurado como um "rol de boas intenções" (Kuenzer, 2010, p. 852), ou ter se constituído em "política de Estado" (Dourado, 2010, p. 693), seja pela ausência de "articulação dos diversos setores da administração pública e da sociedade na sua formulação e implementação" (Aguilar, 2010, p. 712) ou pela ausência de "instrumentos concretos" que permitissem "o acompanhamento e avaliação sistemática do cumprimento de suas metas" (EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, 2010, p. 652).

Segundo Brandão (2003) a gestão da educação é um tema bastante complexo dentro da política educacional brasileira e está intimamente ligada ao financiamento da educação, pois cada vez mais se faz necessário aumentar a transparência da gestão dos recursos financeiros em consonância ao incremento do controle social sobre a escola pública possibilitando assim a efetiva aplicação

dos recursos públicos destinados à educação.

A relação entre a gestão e o financiamento da educação pública é de suma importância. Vieira (1998) em seu artigo sobre as relações entre o neoliberalismo e a crescente privatização da educação brasileira, afirma que

No mundo inteiro a escola pública é aquela mantida com recursos públicos. Muito embora sejam buscadas novas alternativas de gestão e financiamento, não há ainda um outro modelo capaz de responder às exigências da cidadania para todos. Assim, em que pese o imperativo de uma severa vigilância dos diferentes atores sociais sobre a organização escolar - pais, comunidade e outras organizações - a educação pública persiste sendo aquela oferecida nos estabelecimentos oficiais. (...). Ao longo da história, o Poder Público brasileiro investiu recursos incalculáveis na montagem de um aparato escolar. Construiu-se um sistema, cuja capilaridade se estende por todo o país, chegando às menores unidades da federação. Os recursos humanos e a rede física nele envolvidos constituem um patrimônio da sociedade brasileira. Particularmente, dos filhos dos trabalhadores, que têm na escola pública talvez a única oportunidade de acesso ao saber sistematizado e à transmissão da cultura erudita (VIEIRA, 1998, p.41).

Segundo Oliveira (2001) o Art. 212 da Constituição Federal a União deve destinar todos os anos no

mínimo 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios, no mínimo 25%, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas Municipais, do valor arrecadado a partir dos impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. Adrião e Camargo (2001) reforçam o auxílio financeiro que a União destina aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, assim como, a que os Estados dirigem para os seus municípios, são condicionadas ao cumprimento integral constituição.

Essa particularidade leva ao diálogo com outras áreas para considerar serviços educacionais e alimentação, nutrição, saúde e assistência social, ou seja, um conceito precisa ser estabelecido para apontar para a construção de uma política abrangente, em vez de se relacionar especificamente com as escolas e o aprendizado. No

presente momento, quando debatemos assuntos como a educação em tempo integral nas escolas, esse longo costume na educação pode ser usado como base para iniciar o debate, segundo Barbosa et al. (2008).

2.4 O papel do assistente social nas políticas educacionais

Os assistentes sociais prestam serviços extremamente importantes diretamente aos alunos (e às vezes professores e funcionários). No entanto, eles também se dedicam a fornecer suporte abrangente que atenda a muitas das necessidades fora da escola que limitam o aprendizado dos alunos. Além disso, muitos assistentes sociais têm experiência relacionada à administração, pesquisa e formulação de políticas - e tendem a ser bons candidatos para coordenar serviços abrangentes. (Embora o movimento das escolas comunitárias esteja na vanguarda dessa abordagem, qualquer escola pode e deve fornecer esse tipo de apoio ao

aluno e à família (SHAIA; FINIGAN-CARR, 2018)).

Conforme, Andrade, Carvolho e Rocha (2017, p. 3):

O assistente social justifica sua presença no âmbito da educação se colocando como um profissional que pode contribuir para a inserção e emancipação do indivíduo na sociedade a partir da viabilização das políticas educacionais. Assim, difere-se da figura do professor no tocante ao trato com o aluno, por possuir em sua formação uma visão social mais direcionada, assim, podendo elucidar questionamentos advindos da demanda educacional através de orientações, encaminhamentos e projetos educacionais. Estes instrumentos, implementados no interior das instituições de ensino e na comunidade escolar, proporcionam meios de promoção da cidadania, possibilitando o alcance do verdadeiro sentido da educação: a emancipação humana.

As habilidades e conhecimentos dos assistentes sociais também os tornam particularmente adequados para liderar o movimento emergente para melhorar o clima escolar e promover a aprendizagem socioemocional. Este é um trabalho especialmente importante porque, nas últimas décadas, as preocupações com a segurança escolar levaram muitos distritos a criar ambientes educacionais hostis, marcados por políticas de tolerância zero,

práticas disciplinares duras e afins. No entanto, um crescente corpo de evidências sugere que as escolas mais seguras e eficazes tendem a ser caracterizadas por relações de confiança, calorosas e de apoio entre funcionários, alunos e pais (STEINBERG; ALLENSWORTH; JOHNSON, 2011).

Além disso, os assistentes sociais têm um compromisso profissional distinto para promover a justiça social, proteger os direitos das crianças e ajudar as famílias a resolver situações difíceis da vida. A educação em serviço social também enfatiza a prática culturalmente sensível, concentrando-se no desenho de programas que sejam apropriados aos clientes que atendem e que valorizem suas diversas perspectivas e experiências. Isso permite que os assistentes sociais atendam a uma variedade de populações.

Quando os alunos estão com dificuldades, os assistentes sociais fornecem apoio aos pais para

facilitar a adaptação de seus filhos à escola. Por exemplo, eles podem fornecer programas para ajudar os novos alunos a se acostumarem à escola ou ajudar os alunos após uma ausência prolongada devido a doenças ou estressores familiares, como divórcio ou morte. Eles também podem ajudar os pais de crianças com necessidades especiais a acessar programas disponíveis especificamente para essas necessidades. No entanto, os assistentes sociais não atendem apenas os alunos que estão passando por dificuldades na escola; eles podem apoiar todos os alunos, bem como seus pais e famílias, para lidar com situações estressantes antes que elas afetem as crianças.

Por exemplo, para famílias que vivem em bairros com pobreza concentrada, seja urbana ou rural, o baixo nível socioeconômico pode criar estressores significativos que afetam a capacidade das famílias de manter relacionamentos saudáveis,

criar seus filhos e se adaptar às circunstâncias da vida (WADSWORTH et al., 2013). Os assistentes sociais trabalham com os pais nessas situações para acessar recursos da escola e da comunidade que podem ajudar as famílias a reduzir esses estressores e melhorar os resultados da família. Ao prestar esse tipo de assistência, os assistentes sociais podem não mudar questões estruturais, como baixo nível socioeconômico ou desigualdade racial, mas podem abordar como as famílias lidam com questões relacionadas a esses fatores.

Os assistentes sociais são imbuídos da função de

[...] examinar a realidade social e econômica dos alunos e das famílias; identificar situações de desajuste social; orientar professores, pais e alunos sobre esses desajustes; fazer triagem de alunos que necessitassem de material escolar, transporte, entre outros; elaborar relatórios de suas ações; articular escola e comunidade; orientar comunidades e famílias na responsabilidade quanto ao processo educativo dos filhos (AMARO, 2011, p. 19).

Assim os objetivos da prática profissional do

serviço social no setor educacional são: contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola; favorecer a relação família-escola-comunidade, ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais; proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (MARTINS, 1999).

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A estruturação da LDB/1996 possibilitou a articulação da sociedade civil em busca da planificação de uma educação que abrangesse os interesses de todos os indivíduos. É inegável que a LDB trouxe avanços em relação às modalidades de ensino, formação dos profissionais da educação, bem como, possibilitou que as instituições de ensino tivessem um processo democrático uma vez que as mesmas passaram a possuir autonomia para elaboração de seu Projeto Político Pedagógico em parceria com a sociedade civil, como determina o Art. 12 da lei 9.394/96. Além disso, aborda as regras que ampliam a atuação do Estado e da sociedade na oferta da educação escolar para os brasileiros numa perspectiva descentralizadora. Os profissionais devem deixar esclarecidas a sua função, possíveis alternativas e modificações e o

seu papel de atuação, pelo fato de que na gestão escolar os profissionais devem trabalhar juntos e em harmonia como uma equipe, para desta forma conseguir alcançar e batalhar pelas mesmas causas e objetivos em uma instituição escolar. Sendo assim ao contar da situação que alunos e gestores sejam capazes de conseguir em conjunto cooperar e fazer uma troca de vivências, descobertas e formas de aprendizado, podemos enfim desenvolver um ambiente e gestão escolar mais eficazes e adequados para a realidade em questão.

Para tanto, é importante que haja políticas públicas direcionadas para a educação básica, a fim de reverter os dados de baixo desempenho da educação escolar no país, da evasão e do analfabetismo, empenhando a Administração Pública para organizar os salários e as condições dos professores da educação, com respeito à sua carreira e a jornada de trabalho, envolvendo-o na

gestão da escola, na elaboração de projetos político-pedagógico, nas reuniões e atendimento às demandas da comunidade, bem como na preparação de aulas, correção de provas e trabalhos, incentivando a relação entre professor e aluno, com entusiasmo, dedicação e comprometimento, a fim de viabilizar um melhor processo do ensino-aprendizado.

Esta livro mostrou a grande importância do assistente social no que concerne à proteção dos estudantes e das famílias mais vulneráveis. Nota-se que o papel dos assistentes sociais vai além do seu simples engajamento em políticas relativas aos aparelhos de estado aos quais se encontram institucionalmente atrelados, se expandindo a uma prática humanitária.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. M. de F., CAMARGO, R. B. de. A gestão democrática na Constituição federal de 1988. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas (Orgs.). Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001, p. 78.

AGUIAR, M.A.S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul./set. 2010.

AMARO, S.T.A. et al. Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

ANDRADE, A.A.A.; CARVALHO, R.A.A.; ROCHA, I.L. A DEMANDA PELO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS. II Seminário Nacional de Serviço Social. Florianópolis, 2017.

BARBOSA, M. C. S., BANDEIRA, L., GOBBATO, C. Mapeando alguns desafios para as Políticas Públicas de Educação Infantil no Brasil. VI Escola de Inverno - FAGED/UFRGS - Julho 2008. Educação e Políticas Públicas: Encontros e Desencontros

BRANDÃO, Carlos Fonseca. LDB: passo a passo: lei de diretrizes e base da educação da educação nacional. Comentada e interpretada por artigo por artigo: AVERCAMP, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 2000.

CARNEIRO, M. A. LDB fácil: leitura crítica compreensiva artigo a artigo. Petrópolis: Vozes, 1998.

DOURADO, L.F. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001- 2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul./set. 2010.

EDITORIAL. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 649-653, jul./set. 2010.

FERNANDES, E. M. Educação para todos, saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadores de deficiências. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, 2007

FERREIRA, L. A. M.; NOGUEIRA, F. M. D. B. IMPACTOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO COTIDIANO DAS ESCOLAS PÚBLICAS PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. São Paulo: Ministério da Educação, 2015.

FORNEIRO, L. I. A organização dos espaços na Educação Infantil. In: ZABALZA, M. A. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 229-281.

GENTILINI, J. A. Experiências inovadoras em

educação e a LDB: dez anos depois. In: Dez anos de LDB: contribuições para a discussão das políticas públicas em educação no Brasil. Ana Paula Oliveira Rescia [et al.] (org.). Araraquara, SP: J. Ivf. Editora, 2007.

HOFLING, Eloisa de Mattos. ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS. Cadernos Cedes, ano XXI, n° 55, novembro/2001.

KUENZER, A.Z. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul./set. 2010.

MARTINS, E. B. C. O serviço social na área da educação. In: Revista Social e Realidade.V.8. n.1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

MESACASA, L. Gestão educacional: Práticas e Desafios. Tio Hugo - RS, 2011.

SANTOS, A. P. D.; CERQUEIRA, E. A. D. ENSINO SUPERIOR: trajetória histórica e políticas recentes. Florianópolis: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2009.

SAVANI, Demerval. Neo-liberalismo ou pós-liberalismo? Educação Pública, crise do Estado e democracia na América Latina. Campinas: Papirus, 1992.

SAVANI, Demerval. POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: LIMITES E PERSPECTIVAS. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho, 2008

SILVA, J. J. C. Gestão escolar participativa e clima organizacional. Gestão em ação, Salvador v.4, 2001.

SHAIA, W.E. & FINIGAN-CARR, N.M. (2018). Moving from survival to fulfillment: A planning framework for community schools. Phi Delta Kappan, 99 (5), 15-18.

SINGER, Paul. Poder, política e educação. Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo. In: Conferência de abertura da XVIII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, outubro de 1995.

STEINBERG, M.P., ALLENSWORTH, E., & JOHNSON, D.W. (2011). Student and teacher safety in Chicago public schools: The role of community context and school social organization. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED519414.pdf>

TEIXEIRA, E., MEDEIROS, H. P., NASCIMENTO, M. H. M., SILVA, B. A. C., RODRIGUES, C. Revisão Integrativa da Literatura passo-a-passo & convergências com outros métodos de revisão. Rev. Enferm. UFPI, Teresina, 2 (spe):3-7, dec., 2013.

TUAN, YI-FU. Topofilia. Londrina: Eduel, 2012.

TUAN, YI-FU. Espaço e Lugar. Londrina: Eduel, 2013.

VIEIRA, Sofia Lerche. Neoliberalismo, privatização e educação no Brasil. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela (Org.). Política educacional: impasses e alternativas. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1998, p. 41-42.

WADSWORTH, M.E., RINDLAUB, L., HURWICH-REISS, E., RIENKS, S., BIANCO, H., & MARKMAN, H. (2013). A longitudinal examination of the adaptation to poverty-related stress model: Predicting child and adolescent adjustment over time. Journal of

Clinical Child and Adolescent Psychology, 42 (5),
713-725.

ÍNDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade, 16

Acesso, 36

Ações, 16, 31

Adequados, 39, 46

Administração, 46

Adolescente, 43

Adquirido, 26

Adultos, 33

Alcançadas, 21

Alcance, 29

Ampliar, 43

Amplio, 21

Analisar, 16, 30

Anos, 21

Aparato, 36

Aparelhos, 47

Aplicação, 35

Aplicação, 30

Assistentes, 38

Atribuições, 33

Autonomia, 45

Avanços, 22

B

Bairros, 41

Básica, 16, 46

Brasil, 16, 31

Brasileira, 36

Brasileiros, 45

Burocrática, 30

Buscar, 30

C

Calorosas, 40

Campo, 21

Caracterizadas, 40

Carreira, 46

Categoriza, 33

Cidadania, 28

Cidadão, 27

Circunstâncias, 42

Competência, 22

Complexo, 35

Comunidade, 36, 42

Conceito, 21

Conseqüentemente, 22

Consideração, 24

Constituído, 35

Contradições, 29

Controle, 26

Crianças, 41

Crise, 16

Cultura, 36

Cumprimento, 37

D

Década, 32

Décadas, 16

Decisão, 30

Decorrência, 16

Democrático, 45

Demonstrando, 23

Desafogo, 27

Desajustes, 42

Descentralizadora, 45

Descontinuidade, 22,
27

Deseja, 26

Desenvolvimento, 21,
23

Desfavorecidos, 29

Detentores, 29

Diagnóstico, 30

Diferentes, 36

Direcionada, 34

Direitos, 43

Disciplinares, 40

Disponíveis, 41

Distancia, 27

Distrito Federal, 33

Divórcio, 41

E

Educação, 16, 21, 22,
23, 28

Educacionais, 16, 23,
28

Educacional, 27, 29

Eficácia, 16

Engajamento, 47

Engloba, 21

Ensino Médio, 34

Erudita, 36

Escolarização, 26

Esforços, 34

Esperados, 29

Estabelecimento, 33

Estados, 33

Estatual, 26

Estudantes, 47

Evidências, 40

F

Família, 32

Famílias, 40

Filho, 26

Filhos, 41, 42

Financiamento, 35, 36

Força, 16

Forma, 31

Formulação, 38

Formuladas, 30

G

Gerou, 16

Gestão, 36

Governamentais, 16

Governo, 30

H

Humanitária, 47

Humanos, 36

I

Ideologias, 28

Implementação, 30

Implementada, 30

Importância, 16, 31

Importante, 29

Incentivando, 47

Incentivos, 16

Inclui, 23

Indivíduos, 45

Institucionalmente, 47

Instituição, 32

Investigação, 24

J

Jornada, 46

Jovens, 33

L

Leis, 37

Literatura, 47

Livre, 26

Lucros, 27

M

Marcados, 39

Melhorar, 39

Melhoria, 23

Menores, 36

Mercê, 26

Metas, 31, 34

Metodologia, 16

Ministério, 21

Minoritária, 22

Momento, 30

Morte, 41

Mudanças, 21

Municípios, 33

N

Nacional, 22

Necessário, 35

Negligenciarem, 33

Neoliberalismo, 36

Nomenclaturas, 33

O

Objetivo, 16

Objetivos, 31

Opiniões, 28

Organizações, 36

Organizar, 33

P

Padronizada, 26

País, 21

Parâmetros, 33

Parceria, 45

Parcerias, 43

Particularmente, 39

Particularmente, 36

Perdurar, 23

Periódicos, 23

Permanência, 43

Permitissem, 35

Perspectiva, 45

Pesquisa, 16, 23

PNE, 34

Pobreza, 41

Política, 21

Políticas, 16, 26, 29,

30

Pontuais, 30

População, 34

Possibilitou, 45

Prática, 30, 47

Prepara, 28

Prestar, 42

Pretende, 31

Principais, 24

Problema, 16

Problemáticas, 30

Processo, 28

Produtiva, 28

Produtivista, 28

Produtor, 26

Profissional, 40

Projetos, 47

Proporcionar, 26

Provas, 47

Provocado, 22

Provocando, 27

Pública, 27

Q

Qualidade, 34

Qualitativa, 16

R

Racial, 42

Regime, 22

Regiões, 21

Regras, 45

Relacionadas, 42

Relacionados, 31

Relacionamentos, 41

Relativas, 47

Reparável, 27

Responsabilidade, 26,
42

Ressaltando, 16

Resultados, 29

Reversão, 29

S

Saúde, 21

Segmentos, 32

Segurança, 39

Situação, 46

Soberana, 31

Sociais, 16

Sociedade, 29, 32, 36

Socioeconômico, 41

Somente, 31

T

Teórico, 24

Tolerância, 39

Tomar, 28

Tortuoso, 27

Trabalhar, 46

Trabalho, 16

Transformações, 16

Transmissão, 36

U

União, 33

Universalizantes, 29

Universalizar, 34

V

Variedade, 40

Viabilização, 32

Viabilizar, 47

Vigente, 30

Vigorar, 32

Visando, 30

QRL



9786584809796